

DESTAQUE



O 25 de Abril (ainda) serve de vacina contra os populismos

Por ter nascido de uma revolução, a democracia portuguesa tem mais anticorpos para resistir a autoritarismos

Leonete Botelho

Se para alguns o 25 de Abril ainda é uma espécie de parente incómodo que apareceu na ceia de Natal, a verdade é que a revolução gerou uma qualidade de democracia que se distingue, de forma positiva, de outros regimes democráticos que tiveram origem numa transição pacífica, como a Espanha e a Grécia. Uma qualidade substantiva que continua a servir de vacina contra os populismos, ainda que haja sinais de erosão e riscos no horizonte, como explicam os coordenadores de um conjunto de estudos académicos que estava para ser publicado este mês, mas que por causa da pandemia ficou adiado.

Há muitas ideias pré-concebidas que caem por terra nestes estudos feitos a pedido da Assembleia da República para as comemorações do 25 de Abril no ano passado, coordenados por Tiago Fernandes (ISCTE) e Rui Branco (IPRI/NOVA) e que serão publicados na Coleção Parlamento compilados no livro *45 anos da Democracia em Portugal*. E que, assegura Rui Branco, retiram argumentos aos três tipos de narrativa de desvalorização do 25 de Abril: aquela que diz que não há diferenças na qualidade da democracia por ter tido origem numa revolução, outra que considera o 25 de Abril uma revolução traída ou embuste ou ainda a que considera

que pouco ou nada mudou na oligarquia lusa, pois as elites são as mesmas ou voltaram a ser as mesmas.

A primeira ideia contrariada pelos investigadores é a da “equifinalidade”, ou seja, aquela que diz que as democracias europeias são iguais, independentemente da sua origem, porque todas levaram aos mesmos resultados: a integração europeia, o neoliberalismo, a existência de eleições livres e justas e uma imagem de convergência e igualdade. Robert Fishman já o tinha demonstrado há um ano com o seu livro *Democratic Practice – Origins of the Iberian Divide in Political Inclusion* (Oxford University Press). No estudo para a Assembleia da República, o cientista político norte-americano volta a demonstrar como “a revolução dos cravos conduziu a vantagens políticas duradouras”.

Segundo Fishman, a revolução social portuguesa operou uma “subversão parcial das hierarquias sociais”, o que gerou de forma rápida um consenso cultural em redor de princípios de inclusão e igualdade. Estes princípios, anualmente recordados e actualizados por todas as forças políticas portuguesas nas comemorações da revolução no Parlamento português, servem de base à “prática democrática” quotidiana em Portugal.

A memória da revolução

A importância das comemorações do 25 de Abril está reflectida no estudo elaborado por Filipa Raimundo e António Luís Dias, que fala dos “guer-



As celebrações oficiais do 25 de Abril são um ritual que conserva a memória da revolução

reiros mnemónicos”, dos partidos políticos e da memória da transição nas celebrações da revolução. “A referência à memória da revolução está sempre presente nas narrativas e nos movimentos de protesto, mesmo dos mais jovens, e é permanentemente transmitida de geração em geração por símbolos (imagens, canções, *slogans*) e pelas celebrações institucionais”, explica Tiago Fernandes.

No entanto, os investigadores já no ano passado encontraram sinais de ruptura nesta consensualização da memória, dando como exemplo a reivindicação, por parte de alguns actores políticos, de que se comemore antes o 25 de Novembro, quando a extrema-esquerda foi derrotada. “Os cidadãos respondem à memória do 25 de Abril, não do 25

de Novembro”, argumenta Tiago Fernandes, sublinhando que “essas aspirações de mudar a memória colectiva têm sido derrotadas”.

Até ao ano passado, como demonstra Filipa Raimundo, havia um consenso na rejeição da ditadura por todos os actores políticos que impedia o crescimento de uma direita antidemocrática. Mas as coisas podem mudar, diz Fernandes, “se houver uma mobilização geral antidemocrática ou ultraconservadora”, como se assiste noutros países. “Um teste importante vão ser as próximas eleições presidenciais”, acrescenta, referindo-se à candidatura anunciada de André Ventura, líder do Chega.

Rui Branco acrescenta que foi durante a crise 2010/2012 que a memória da revolução começou a abrir brechas, devido à combinação de uma profunda crise económica com um discurso muito liberal. Mas essa narrativa parece estar a mudar:

“Hoje, o confronto já não é entre mais Estado ou menos Estado. Os novos partidos políticos são híbridos, não inclusivos, defendem os interesses de uma parte da população e excluem outras. A revolução de Abril foi feita para acabar com esse tipo de mentalidade”, afirma. Mas ela está aí, e esse é um dos grandes desafios.

Protesto e consenso

Voltemos à génese revolucionária e às marcas deixadas na prática democrática portuguesa, que, para Fishman, é baseada numa “profunda complementaridade entre representantes eleitos nas instituições oficiais e nas expressões de preferências dos cidadãos fora das instituições”.

“Isto faz com que o Portugal democrático se distinga pela sua qualidade e solidez, expressa numa maior legitimidade e confiança dos cidadãos nas instituições políticas, em maior apoio à democracia, na solidez do sistema



Em Portugal a interação com o sistema político é maior e há mais receptividade, mais negociação e menor repressão do protesto

Tiago Fernandes
Investigador

“Não era preciso uma pandemia para mostrar a importância do SNS”

Leonete Botelho

A democracia não é só igualdade política, mas a igualdade substantiva que lhe dá músculo. E os estudos elaborados sobre os 45 anos da democracia portuguesa revelam que o acesso à saúde, à educação, à habitação ou a capacidade de integração existentes em Portugal são marcas fortes imprimidas pela origem revolucionária da nossa democracia.

“A dinâmica revolucionária não se esgota na conquista de direitos políticos, antes passou para as instituições democráticas, em particular para o Serviço Nacional de Saúde (SNS) e o sistema educativo”, sustenta Rui Branco, professor da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e autor do estudo *Estado-Providência e Democracia Igualitária: Portugal e a Europa do Sul*.

Rui Branco recorda que o Estado Novo não era só um regime autoritário, ele alimentava-se das enormes desigualdades sociais intrínsecas, tanto no rendimento como na educação, na saúde ou na habitação, mas também desigualdades de género e raça, “só comparável com os regimes da época da América Latina”. O ensino primário, por exemplo, só se generalizou a todas as classes e também às mulheres na década de 50. A protecção social dependia das Caixas de Previdência das diversas profissões, ou seja, não era para todos, antes estava dependente do factor trabalho.

O investigador do Instituto Português de Relações Internacionais (IPRI) procura explicar o intrigante caso de um país que, em 1974, tinha dos maiores níveis de desigualdades da Europa e apesar disso consegue uma recuperação que o põe a pedir meças com França em termos de democracia igualitária. Na sua opinião, isso resulta do tipo de transição para a democracia: “A revolução social e política portuguesa originou efeitos mais

inclusivos e igualitários por comparação com as transições consensuais lideradas por elites na Espanha e Grécia”, afirma.

A universalização da educação de nível secundário e superior, que tem sido “o grande elevador social em Portugal”, só foi alcançada depois de 1974. E no entanto, o sucesso nos testes PISA indica “o sistema educativo mais bem-sucedido da Europa do Sul, mas também um dos que mais reverteu a desigualdade social no acesso à educação”.

Mas a jóia da coroa do combate à desigualdade é mesmo o SNS universal e gratuito, pago pelos impostos, sem depender de contribuições específicas ou contratos de trabalho. “Não era preciso uma pandemia para mostrar a importância de ter um Serviço Nacional de Saúde”, em comparação com sistemas onde

ele não existe, como o norte-americano, sublinha Rui Branco.

“Num país pobre e atrasado, o SNS representou um enorme salto de qualidade cidadã e democrática”, acrescenta, lembrando que, no início, a sua criação sofreu inúmeras resistências, inclusive da parte dos médicos, habituados até então a serem profissionais liberais e que resistiram à funcionalização do seu trabalho.

A defesa do SNS não obriga, defende Rui Branco, a que todos os serviços sejam prestados pelo sector público – como tanto se tem discutido, inclusive na última revisão da Lei de Bases da Saúde. “Desde os anos 80 que o SNS começou a dirigir a sua despesa a agentes privados, em particular nas análises e exames complementares de diagnóstico”, recorda, sustentando que “a Lei de Bases da Saúde nunca proibiu a prestação de cuidados médicos pelo sector privado e social (terceiro sector) e estes foram florescendo”.

Para que o SNS não mirre, o Estado tem de continuar a garantir uma qualidade de serviço média-alta e as classes médias têm de continuar a consumir esse serviço, caso contrário “rapidamente se lhes vende a ideia de que não precisam dele e se devem baixar os impostos que o sustentam”.

A igualdade no acesso à saúde e à educação é, a par das liberdades políticas, o músculo da democracia



MANUEL ROBERTO

O SNS é a “jóia da coroa” da democracia substantiva portuguesa

Espanha”, garante Tiago Fernandes, que participou no estudo sobre a arena de protesto em Portugal. O investigador realça o facto de haver uma menor repressão do protesto do que no país vizinho – o que revela uma maior tolerância das autoridades –, e também um maior sucesso nas reivindicações desses movimentos, em grande parte por se tratarem geralmente de objectivos tangíveis e negociáveis, sobretudo de natureza sindical.

Em Espanha, ao contrário, os protestos são mais violentos e abstractos, sobre temas de maior conflitualidade: “Não se negocia o ser-se catalão ou católico”, ilustra. “A sociedade civil espanhola é mais profissionalizada, mas chega menos às pessoas, enquanto em Portugal a interação com o sistema político é maior e há mais receptividade, mais negociação e menor repressão do protesto”.

“A grande participação política e cívica é legado da revolução e uma reforça a outra”, afirma Rui Branco, que identifica três aspectos essenciais da continuidade da revolução na realidade política nacional: a memória, ainda bem viva, do 25 de Abril, a elevada participação cívica dos jovens portugueses (ainda que não eleitoral) e a importância do movimento sindical, ainda bastante mais representativo que em Espanha e que não se fica apenas pela luta por direitos laborais, mas também se solidariza com outro tipo de protestos.

Aos 45 anos, a democracia portuguesa estava bem e recomendava-se. Apesar das grandes desigualdades de rendimentos, a inclusão social tem sido garantida pelas liberdades políticas, pela redistribuição através da Segurança Social, pelo sistema educativo, por políticas de género como a Lei da Paridade ou a licença de parentalidade obrigatória para os pais e, sobretudo, pelo Serviço Nacional de Saúde. Os estudos incluídos no livro demonstram que são estes factores “os anticorpos institucionais e políticos para responder às pressões populistas”, nas palavras de Rui Branco. Porque, como conclui, “a qualidade da democracia funciona como sistema imunitário aos populismos”.

Mas aos 46 anos, subitamente, a democracia deixou-se “contaminar” pelo coronavírus: nunca a discussão em torno das celebrações oficiais foi tão intensa como este ano.

lbotelho@publico.pt



DANIEL ROCHA

partidário, em políticas públicas fortemente pró-emprego e de redução da pobreza e da excepcional participação dos cidadãos na esfera pública electrónica”, escrevem os coordenadores na introdução da obra, cujo trabalho de campo não reflecte as últimas eleições legislativas.

Sim, é isso mesmo: ao contrário do que habitualmente se diz, a sociedade civil portuguesa é muito interventiva em comparação com outras do Sul da Europa, o que se manifesta na quantidade e qualidade dos protestos que por cá acontecem, na elevada participação eleitoral (acima dos 60%, retirados os emigrantes e os eleitores-fantasma dos cadernos eleitorais) e na forte participação cívica dos jovens por comparação com outros países.

“O facto de ter havido uma revolução criou uma sociedade civil mais participativa, Portugal tem de facto uma cultura de protesto forte, mas que tende a ser mais pacífica do que em